

ENTREVISTA COM O PROFESSOR VICTOR ANTONIO PELUSO JÚNIOR*

1) Seus pais como vieram para Florianópolis? Em que trabalhavam? Seus irmãos que atividade tiveram? Assistiu a manifestação a Sacco e Vanzetti em Florianópolis? Como foi?

R - Meu pai era italiano, tendo imigrado com a família na idade de sete anos, para Desterro, em 1873. Aqui se criou e aprendeu o ofício de sapateiro. Com a idade de vinte anos foi para Montevideo, por se ter envolvido na Revolução de 1893. Voltando ao Brasil, residiu na cidade do Rio Grande e Pelotas. Foi nessa última cidade que se casou e veio estabelecer-se em Florianópolis com fábrica de calçados.

Somos três irmãos. O mais velho é músico, foi professor do Instituto de Educação, onde se aposentou; o segundo era comerciante de calçados, mas terminou a vida como representante comercial em Porto Alegre; o mais moço era eu, que fiz o curso de Engenheiro Geógrafo, trabalhei no Estado e, depois de aposentado, fui professor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Meu pai, talvez por ter sido criado fora da Itália, era patriota ferrenho, sempre pronto a lutar a favor de tudo que se

*Perguntas formuladas pelos professores Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Armen Mamigonian, Odair Gercino da Silva, Arlene Maria Maykot Prates e Maria Dolores Buss.

relacionasse com a sua pátria e seus compatriotas. Dessa forma, numa das tentativas de execução dos anarquistas italianos Sacco e Vanzetti, pelo Governo dos Estados Unidos, a Liga Operária de Florianópolis realizou grande manifestação de protesto, semelhante às que ocorriam em todo o mundo. Lembro-me de ver meu pai na frente da manifestação, empunhando enorme bandeira vermelha, símbolo do anarquismo internacional, e assim protestando contra a ameaça de morte aos seus patrícios.

2) Como cidadão florianopolitano, gostaríamos que o Sr. falasse sobre a cidade em que viveu a infância e a juventude.

R - Nasci em 1909. Até a adolescência, minha visão da cidade resumia-se às ruas em que havia morado e aos lugares que visitava.

Morei na rua Conselheiro Mafra, na Figueira. O cais junto ao mar já estava construído, mas ainda havia velho sobrado a beira-mar. O mercado limitava-se ao prédio na rua Conselheiro Mafra. Depois era o cais e a praia. De manhã, chegavam as canoas com peixe, verdura, lenha, louça de barro e outros produtos do continente. Por toda parte andavam carregadores oferecendo-se para transportar o que se comprasse. Uma das recordações mais fortes era a passagem, pela rua estreita, do automóvel do Carlos Hoepcke ou do Eduardo Horn, ocasião em que ninguém segurava em casa a gurizada que corria para ver aquela maravilha.

Não gostava da Figueira. Vivia muito trancado, por causa do movimento dos carros e, principalmente, da molecada que andava nas ruas.

Morei também na rua General Bittencourt, na Tronqueira. Era lugar formidável. Por lá andava solto. Era notável o Campo do Manejo, onde atualmente está o Instituto de Educação. Nele os soldados, diariamente, faziam exercícios. Passei a conhecer todos os toques de corneta como se fosse praça velha. A Avenida Hercílio Luz já estava aberta e o córrego Fonte da Bulha canalizado, mas ainda havia casa sobre o pontilhão na rua Fernando Machado. Nessa época cursava o Grupo Escolar Lauro Müller, e, depois, o curso preliminar do Ginásio Catarinense. Lembro-me bem da rua Nova (Rua Anita Garibaldi), a praça do Teatro com o Con-

gresso na esquina e a rua do Grupo, que percorria diariamente; para o Ginásio, eram as mesmas ruas até a rua Marechal Foch (atual Nereu Ramos) que subia para alcançar a rua Presidente Coutinho e daí a rua Esteves Júnior, onde ficava o Ginásio.

Entre os passeios, ocupava o primeiro lugar o cemitério, no morro da parte final da rua Conselheiro Mafra, junto ao local em que foi localizada a Ponte Hercílio Luz. Ao lado ficava o cemitério alemão, muito bem tratado. Atraía-me a vista maravilhosa que de lá se descortinava. Para um lado era o mar e o continente, e para o outro a cidade.

Esta era a cidade da minha infância. Quando havia procissão - a de São Sebastião e a do Senhor dos Passos - a cidade parecia-me maior, pois percorria ruas pelas quais não costumava passar. Na juventude estava alertado para o que a cidade significava. A Praça XV de Novembro era a área central, com o Café Natal no canto do jardim próximo à rua Conselheiro Mafra, e o Comercial no canto oposto, perto da rua João Pinto. As duas primeiras vias de cada lado da Praça, depois das do cais, constituíam zona comercial: a rua Conselheiro Mafra, até o Mercado Público (que então já tinha o acréscimo do segundo edifício) era a principal, seguida da rua João Pinto, limitada ao primeiro quarteirão; a rua Felipe Schmidt seguia a esta em importância, até a Confeitaria do Chiquinho, e, finalmente, a rua Tiradentes, também na parte do primeiro quarteirão. A rua Felipe Schmidt havia sido alargada, mas por muito tempo o prédio da Confeitaria do Chiquinho, na esquina, quase fechava a rua, deixando, talvez cerca de dois metros apenas ao prédio fronteiro.

A Praça XV de Novembro era o núcleo vivo da cidade - marco da sua vida social: era o centro das práticas religiosas, da administração, da vida política, do lazer, da elegância. No Jardim Oliveira Belo, parte central da Praça, desfilava a elegância feminina, que depois passou a exibir-se na calçada do Palácio do Governo e rua Felipe Schmidt; em seu coreto, bandas de música realizavam concertos quase todos os domingos. Era na Praça que os políticos recebiam os aplausos por seus acertos e as vaias pelos seus erros; ainda na Praça se resolviam as questões pessoais, com socos, pontapés e bengaladas, raramente com

armas. Os viajantes chegados pelos vapores fundeados na baía desembarcavam no cais Miramar, na face da Praça junto à praia. Muito da importância da Praça XV de Novembro desapareceu quando a Ponte Hercílio Luz fez cessar o tráfego de lanchas da baía com destino ao Estreito, que na ilha tinha seu ponto terminal no cais do Miramar.

Não falo como geógrafo, mas com o sentimento de quem viveu época feliz nesta cidade. Florianópolis era calma e provinciana, mas para os moços tinha o encanto e a beleza que estavam na alma do jovem que começava a encarar a vida.

3) Sobre sua atividade profissional, o que influenciou na escolha de sua carreira como Engenheiro-Geógrafo? Como era o Instituto Politécnico?

R - Fui levado ao Instituto Politécnico em virtude de desentendimento com a direção do Ginásio Catarinense. Por outro lado, pareceu-me bom fazer os estudos aqui mesmo em Florianópolis. O fundador do estabelecimento foi o Desembargador José Arthur Boiteux. Havia, na própria escola, curso preparatório, que permitia os exames parcelados de nível secundário, e o Curso Anexo, que aperfeiçoava os conhecimentos em matemática, para os candidatos aos cursos de Agrimensura e Engenheiro-Geógrafo. Além desses dois cursos havia o de Farmácia, Odontologia e Comércio. Os professores eram profissionais residentes na cidade, como o farmacêutico Henrique Brüggemann, o médico Dr. Carlos Corrêa, os engenheiros Dr. Celso Sales, Dr. Haroldo Pederneiras, Dr. Oscar Ramos e outros mais.

4) Após formado, quais as primeiras atividades profissionais desenvolvidas? Origem do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia? Como se reuniu o corpo de funcionários? Como se organizou a biblioteca? Publicações? Viagens aos Estados Unidos e quais as experiências? Aplicação dos conhecimentos geográficos em Santa Catarina?

R - Formei-me em 1928. A obtenção do primeiro emprego foi difícil. Somente em 1932 consegui o lugar de auxiliar-técnico na Diretoria de Terras e Colonização, que no final do ano anterior fora reorganizada.

Os trabalhos topográficos realizei nesta fase. Em maior parte foram medições de terras no município de Bom Retiro, e, mais tarde, levantamentos topográficos de áreas que o Estado adquiriria para neles projetar obras públicas.

Fui promovido, ainda esse ano, a Inspetor de Terras, lotado, primeiramente em Lages, e depois em Mafra. Depois assumi a chefia do serviço técnico da repartição, e em 1934 fui nomeado Diretor da repartição.

A Diretoria de Terras e Colonização foi escolhida para integrar o Conselho Nacional de Geografia por parte do Estado de Santa Catarina. Como seu diretor, passei a fazer parte da Assembléia Geral desse Conselho. Entrei, assim, em contato com os geógrafos do Conselho, entusiasmando-me pela Geografia, que passei a estudar com afinco. Nas semanas que passava no Rio de Janeiro, estava sempre em contato com Fábio Macedo Soares Guimarães, Lúcio de Castro Soares, Veríssimo da Costa Pereira e outros, examinando trabalhos e discutindo pesquisas. Conheci o Professor Delgado de Carvalho, que animava meu entusiasmo. Resultou daí que pouco privei com os demais membros da Assembléia Geral.

Em 1939 o Conselho Nacional de Geografia criou a Campanha de Coordenadas Geográficas, selecionando engenheiros em curso levado a efeito no Observatório Nacional de Astronomia, sob a direção do Professor Hugueneu de Matos. Feito esse curso, fiquei a disposição do Conselho, e deixei a direção da Diretoria de Terras, substituído pelo Engenheiro José Nicolau Born. Integrando a campanha de coordenadas geográficas, fiquei trabalhando no território catarinense, de 1939 a 1946.

Percorri o Estado de Santa Catarina em todos os sentidos. Viajando de ônibus, de caminhão, em lombo de mula, em carro de boi ou em canoas através de rios encachoeirados, conheci bem a nossa terra. Quando ia ao Rio de Janeiro prestar contas do serviço executado, adquiria livros e freqüentava a biblioteca do Conselho.

O trabalho de levantamento de coordenadas geográficas no Sul do Brasil é terrivelmente monótono. Ficava, às vezes, dois

ou três meses em lugarejos ou em barraca no mato para conseguir duas ou três noites de observação astronômica. Em média, cada coordenada levava de um a dois meses para ser determinada. Somente no inverno era possível adiantar os trabalhos, nas frias noites estreladas, ocasião em que conseguia determinar duas coordenadas em uma semana. Mas a dificuldade de transporte fazia-me, nessa ocasião, perder noites boas para o trabalho. Os colegas que receberam a incumbência de fazer os levantamentos no Norte do País não tinham tais problemas, e levantavam oito a dez coordenadas por mês.

A bagagem com que viajava compreendia também dois caixotes de livros de Geografia. O estudo auxiliou-me a suportar as longas esperas. Sentia-me, então, capaz de realizar pesquisas e redigir trabalhos, assim escrevendo - Rio Itajaí do Oeste, Lages - a Rainha da Serra. A cidade de Ituporanga, a Vila de Ponte Alta, Lagoinha.

Cumprido o programa de determinação de coordenadas geográficas em Santa Catarina, voltei para a Diretoria de Terras e Colonização. O Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal, havia criado, atendendo a pedido do Conselho Nacional de Geografia, o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, e ainda não o instalara. Fui, então, nomeado seu Diretor.

Os funcionários vieram da Diretoria de Terras - escriturários e topógrafos - e do Departamento Estadual de Estatística - os desenhistas.

Um dos cuidados que tive na organização do Departamento foi criar a biblioteca. Foi toda ela adquirida com a economia de verbas da Repartição.

Fazia parte de meu programa de trabalho a publicação de revista geográfica. Encontrei fechados todos os caminhos normais para publicações. Adquiriti, então, uma máquina "multilith", enviei ao Rio de Janeiro funcionário para aprender a operá-la, e dessa forma o Departamento pôde publicar o "DEGC - Boletim Geográfico", de que saíram cinco números, e algumas publicações avulsas - Relevo de Santa Catarina, Cidade de Ituporanga e Bacia do Itajaí. Os trabalhos publicados no boletim e avulsos

foram de autoria do Professor Wilmar Dias, Professor Carlos Büchele Júnior e Victor A. Peluso Júnior.

Em 1949 surgiu a oportunidade de realizar estágio no "Coast and Geodetic Survey", nos Estados Unidos. Além dos trabalhos de gabinete, acompanhei as turmas de triangulação e de nivelamento através do país. Depois de dez meses de estudos e prática voltei, para ter o desgosto de não poder aplicar a técnica em que me especializara. O trabalho geodésico é caro, e o Conselho Nacional de Geografia não dispunha de recursos para auxiliar a iniciativa estadual.

5) Em que oportunidade o Sr. recebeu o convite para ocupar a pasta da Secretaria da Agricultura? Educação? POE?

R - Era Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia quando, na eleição de 1950, o Partido Social Democrático (PSD) perdeu a eleição para a União Democrática Nacional (UDN). Subiu ao Governo o Sr. Irineu Bornhausen.

Conhecedor de administração, o novo Governador sabia que mudança repentina de toda a equipe que se encontrava nos postos do segundo escalão para baixo criaria grave perturbação no serviço público. Dessa forma conservou os diretores e chefes de seção que encontrara. Entre eles estava o diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, filiado ao PSD.

O Governador Irineu Bornhausen tinha desejo de fazer um plano de obras para o Estado. Conhecedor profundo da realidade catarinense, tinha idéias precisas sobre as obras que deviam ser realizadas e como conseguir recursos para financiá-las. Procurava então, entre as pessoas ao seu redor, quem compartilhasse de suas idéias.

O Planejamento, ao tempo em que participava das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Geografia como Diretor de Terras e Colonização, atraía os geógrafos do Conselho. O professor Jorge Zarur, quando voltou dos Estados Unidos com sua tese sobre o Nordeste, realizou diversas palestras sobre seu trabalho, e mostrava a importância que tal trabalho poderia ter no planejamento da região nordestina. O papel do geógrafo no planejamento regional passou a ser tema de acaloradas dis-

cussões no CNG. Também fui atingido por essa moda, e dediquei muito tempo ao estudo dos planejamentos que se realizavam nos diferentes países.

O diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia despachava diretamente com o Governador. Quando comparecia ao Palácio para despacho, o Governador Irineu Bornhausen levantava a questão do planejamento, deixando-me discorrer sobre as formas dessa técnica de administração e sua aplicação em Santa Catarina. Convidou-me, então, para formular esse plano, dentro das idéias que discutíamos. Partindo do princípio que o responsável pelo planejamento deveria ter o "status" de Secretário de Estado, para discutir, em situação de igualdade, os problemas com os demais Secretários, convidou-me para Secretário da Agricultura.

O Governador Irineu Bornhausen via, com nitidez, a necessidade de o Estado de Santa Catarina construir rodovias modernas, instalar usinas hidrelétricas e termelétricas, desenvolver a agricultura e dar maior eficiência à educação e à saúde pública. O Plano de Obras e Equipamentos, conhecido pela sigla POE, previa a construção das rodovias São Francisco do Sul-Porto União, Itajaí-Curitibanos e Laguna-Tubarão-São Joaquim. As usinas hidrelétricas ficariam em Chapecozinho, Estreito do Rio Uruguai, Canoas, Cubatão e Garcia, e a termelétrica em Tubarão. Na Agricultura, planejava-se construir 67 edifícios de supervisão técnica, que se chamaria "Casa de Colono", oficina mecânica, Campo de Experimentação Agrícola, Instituto de Química Agrícola, e melhoramento das escolas práticas de agricultura de Canoinhas e de Lajes; na Educação, construção de 160 estabelecimentos de ensino pré-primário, auxílio para construções de escolas semelhantes nas redes de ensino municipal e particular, e aquisição de veículos para a Fiscalização de Ensino; na Saúde; construção de 48 Postos de Saúde e aquisição de veículos para o Serviço de Saúde Pública, construção de Centro de Formação de Auxiliares de Saúde Pública e de dois Postos de Fabricação de vacinas anti-rábicas.

Deixando de lado a idéia de empréstimo externo, foi resolvida a criação da taxa de 20% sobre o imposto de Vendas e Con-

signações para financiar o Plano.

Minha posição no Governo, se inicialmente provocou reações contrárias, foi depois normal, porque a classe política estava habituada a ver em mim, apenas, um homem dedicado ao trabalho, sem qualquer pretensão política. Naturalmente todos sabiam que era filiado ao PSD, mas isso nada representava porque nunca tomara atitude política. Mais tarde ingressei na UDN, de que fui Secretário Geral, porém nenhum político temeu que lhe disputasse espaço eleitoral.

Minha passagem pela Secretaria da Educação foi acidental, ocorrida em substituições durante a ausência do respectivo titular.

6) E a sua participação na União Geográfica Internacional?

R - A questão da União Geográfica Internacional apareceu em uma das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Geografia dos anos cinqüenta. Tratava-se de determinar a quem caberia a representação, no Brasil, da União Geográfica Internacional, organismo pertencente à UNESCO, responsável pela realização dos Congressos Internacionais de Geografia, e que realizaria, no Rio de Janeiro, o XVIII Congresso. Diversos geógrafos do Conselho Nacional de Geografia pretendiam que a esse órgão deveria ser entregue tal representação, mas outros, tanto do CNG como a ele estranhos, apciando-se em regulamento da própria UGI, que recomendava representação não governamental, queriam que fosse criada Comissão constituída de geógrafos das diferentes regiões brasileiras. Defendia esta última posição o Professor Veríssimo da Costa Pereira, um dos grandes geógrafos brasileiros. A Assembléia Geral do CNG competia dar a decisão. Manifestei-me, desde o início, favorável ao ponto de vista do Professor Veríssimo, que acabou prevalecendo. Foi eleita, então, a Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, elegendo-se Presidente o Professor Aroldo Azevedo, Secretário Executivo o Professor Hilgard O'Reilly Sternberg e um geógrafo de cada região brasileira. Tendo o Professor Aroldo Azevedo renunciado à Presidência, em 1956, pouco antes da realização do Congresso Internacional de Geografia, fui eleito para o cargo, nele permanecendo até 1966. Foi nessa qualidade que partipei dos

Congressos Internacionais de Geografia do Rio de Janeiro e de Stocolmo.

7) Atividade na Associação dos Geógrafos Brasileiros (Assembléia de que participou). Qual o significado da AGB na época? Eleição para a Presidência e organização da Assembléia de Blumenau?

R - Particpei de poucas Assembléias Gerais da AGB, em virtude da dificuldade de conciliar minhas obrigações profissionais com a realização desses eventos. Fui, apenas, à de Ribeirão Preto, Poços de Caldas, Rio de Janeiro (quando se realizou o II Congresso Brasileiro de Geógrafos) e a de Blumenau.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros gozava de grande prestígio entre os estudiosos da Geografia em nosso País. Inicialmente foi abalada pelas rivalidades entre os núcleos de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas depois houve entendimento entre os dois grupos e ambos trabalharam pelo engrandecimento da Associação.

Pertencendo ao quadro de sócios do Rio de Janeiro, fui eleito Presidente da AGB por ocasião da realização do II Congresso Brasileiro de Geógrafos, em 1965. Foi no período de minha presidência que se realizou a Assembléia em Blumenau. Sempre lamentei que as administrações que me sucederam não tenham publicado os Anais da Assembléia de Blumenau. Além de valiosas comunicações, o levantamento realizado na cidade, principalmente nas indústrias, continham valiosíssimas informações sobre a cidade.

8) Sobre a antiga Faculdade Catarinense de Filosofia, como foi sua participação como aluno e professor?

R - A Faculdade Catarinense de Filosofia foi fundada quando estava na Secretaria da Agricultura. Quando houve a reunião das pessoas interessadas na criação da Faculdade, meu nome constava da relação dos futuros mestres. Declinei dessa honra, declarando que quando fosse instalado o curso de Geografia e História, eu seria candidato a frequentá-lo como aluno. Meu desejo era lecionar na Faculdade, mas desejava fazê-lo como diplomado na ciência que tanto me atraía. Não me foi possível fa-

zer parte da primeira turma de estudantes de Geografia e História. Quando me matriculei, veio a separação entre os dois cursos, e entrei no de Geografia.

Anos antes havia participado da Assembléia Geral do CNG em que foi sugerida, ao Ministério da Educação, a separação entre os cursos de Geografia e de História. Seu defensor foi o Professor Jorge Zarur, que voltando dos Estados Unidos, onde tal separação existe, propôs e defendeu, arduamente, a autonomia do Curso de Geografia. Seu argumento principal repousava na necessidade de preparar o geógrafo para seu trabalho em planejamento regional. Os mestres franceses que nessa época se encontravam no Brasil manifestaram-se contrários à medida.

Aliás as obrigações de aluno do Curso de Geografia com o trabalho na Secretaria de Estado não foi fácil. Sempre admirei e respeitei os grandes professores que encontrei na Faculdade, como o Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que veio substituir o Professor João Dias da Silveira, o Professor Paulo Lago, Professor Francisco Takeda, Professor Armen Mamigonian e outros mais. Sou grato a todos pelas brilhantes aulas que recebi, e nada é capaz de expressar a honestidade desses prezados mestres e o rigor que mantinham em classe, do que o fato de jamais me dispensarem de qualquer dos deveres inerentes às aulas. Cobraram-me, rigorosamente, todas as tarefas. Na verdade, jamais teria pensado nisso, que para mim era natural, se não fosse agora o Professor Carlos Augusto lembrar-me daquela época e ressaltar o que chama de minha "humildade de fazer regularmente o curso".

Havia grandes professores naquela ocasião, como Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (que veio substituir o Professor João Dias da Silveira), Paulo Lago, Francisco Takeda, Armen Mamigonian e outros mais. Estes três últimos continuaram na Faculdade, passando, depois, para a Universidade Federal, nela distinguindo-se por sua capacidade e dedicação. O Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro foi para São Paulo, onde brilha pelo seu talento. Sou grato a todos eles, considerando-os meus grandes amigos. Minha passagem de aluno para professor foi quase automática. Antes de deixar a Secretaria do Plano de Obras e Equipamentos, no Governo Heriberto Hülse, já era Auxí-

liar de Ensino, continuando depois de criada a Universidade Federal.

9) E sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o que o Sr. poderia dizer-nos?

R - Sou sócio do Instituto Histórico e Geográfico desde 1930. Fundado em 1896, o Instituto tem sido amparado pela sociedade catarinense em toda sua existência, ainda que conhecido períodos de vida latente. Isso aconteceu na década de sessenta, voltando a funcionar quando o Professor Walter Fernando Piazza novamente o reorganizou, em 1973. Havendo eleição, fui eleito Presidente, com o apoio do Professor Walter Piazza, que ocupou a Vice-Presidência. Atualmente continuo seu Presidente.

O Instituto tem atividades social, administrativa e científica. As atividades sociais são as sessões solenes, realizadas em homenagem a fatos e personalidades da nossa história, recepções a novos sócios, etc.; as atividades administrativas constam de reuniões da Diretoria, para as quais são convidados todos os sócios; as atividades científicas são levadas a efeito em sessões especiais, para comunicações, conferências, simpósios. Quando o sócio desejar, pode também fazer comunicações na sessão da Diretoria. As atividades que o Instituto desenvolve são publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que nesta Terceira Fase de sua existência tem o sexto número no prelo.

10) Por que o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia foi extinto no Governo Konder Reis?

R - Não conheço as razões. Também na mesma ocasião desapareceu o Departamento Estadual de Estatística. Qualquer que tenha sido a causa, no fundo ela é fruto do desaparecimento do entusiasmo que elevou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística à brilhante situação dos primeiros anos de sua existência. A mudança na filosofia do IBGE, atualmente Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve reflexo na falta de apoio aos órgãos estaduais de Geografia e Estatística, muitos dos quais fecharam, como em Santa Catarina.

11) O que o Sr. poderia dizer sobre o antigo Boletim Geográfico de Santa Catarina (DEGC)? De quem foi a idéia? Quem eram os colaboradores? Quantos números saíram?

R - O Boletim Geográfico do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia foi modesta publicação iniciada com grande ambição pelos funcionários do Departamento. Como Diretor, achava que sem publicação nenhum serviço de natureza científica sobrevive. E por isso lutei para realizar a idéia de publicar o Boletim. Como colaboradores, não consegui reunir senão o Professor Wilmar Dias e Professor Carlos Büchele Júnior, que, comigo, são os responsáveis pelos textos publicados. Nada, porém, conseguiríamos se não fosse a dedicação dos funcionários do Departamento. Posso dar o exemplo do mapa de distribuição da população de Florianópolis, feito pelo Professor Wilmar Dias. Era necessário fazer inquéritos na maior parte das casas da cidade, e não havia recurso para pagar o trabalho. Os funcionários ofereceram-se para a tarefa, e de casa em casa colheram os elementos que o geógrafo necessitava para o seu mapa.

A falta de recursos financeiros obrigava à economia nas verbas. Todos cooperavam e assim conseguia meios para adquirir material de impressão.

O recurso à Multilith para imprimir o Boletim e os desenhos feitos diretamente na chapa mostravam a pobreza de recurso, mas o esforço foi bem recebido, tanto em Santa Catarina como em todo País.

A contribuição do Professor Wilmar Dias merece ser ressaltada. Os estudos de Geografia Urbana eram raros no Brasil, e os que faziam obedeciam à orientação do mestre francês Pierre Mombeig. O trabalho do Professor Wilmar Dias afastava-se dessa orientação, seguindo a da Escola de Chicago, onde estudara. As pesquisas foram feitas pelo próprio autor e por funcionários do Departamento. O trabalho do Professor Carlos Büchele Júnior, sobre a Bacia do Itajaí ainda que de caráter descritivo, é excelente monografia sobre essa bacia hidrográfica.

A minha contribuição no Boletim Geográfico foi de Geografia Humana. Pretendi, sob o título Paisagens Catarinenses, es-

tudar a variedade de modos de vida em Santa Catarina. Saindo do Departamento, desapareceu essa publicação, que teve apenas cinco números.

Esta pergunta encerra a entrevista. Agradeço aos professores do Departamento de Geociências a distinção escolhendo-me para iniciar as entrevistas que sua revista publicará em seus números. Modesto professor aposentado, ou como diz em sua linguagem positiva e crua o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), aposentado por "velhice", tenho, pelos estudos geográficos o mesmo entusiasmo que se apoderou de mim quando, na década de trinta, entrei em contato com essa ciência no Conselho Nacional de Geografia. Continuo a trabalhar, como demonstrador na colaboração da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e demonstrarei colaborando na Revista que o Departamento de Geociência lança. Meus trabalhos serão, sempre, a mensagem de um amigo que se mantém em comunhão com os ideais dos professores pelo desenvolvimento da Geografia.

Trabalhos publicados pelo Prof. Victor Antonio Peluso Júnior

O vale do Itajaí d'Oeste - Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia - Vol. V - Rio de Janeiro - 1944.

A criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - Vol. XIII - 2º semestre - 1944.

Paisagens catarinenses - Boletim Geográfico do DEGC - I - nº 1 - 1947; II - nº 2 - 1947; III - nº 3 - 1948; IV - nº 4 - 1948 - Florianópolis.

Dois vilas no Estado de Santa Catarina - Boletim de Seção Regional do Rio de Janeiro - Associação dos Geógrafos Brasileiros - nºs 5 e 6 - Rio de Janeiro - 1948.

A estrada de rodagem de Florianópolis a Peperi-Guaçu - Boletim Geográfico do DEGC - nº 3 - Florianópolis - 1948.

A mudança da capital do Estado - Boletim Geográfico do DEGC - Florianópolis - nº 1 - 1947.

A vila de Ituporanga - Boletim Geográfico do DEGC - nº 3 - nº 4 - Florianópolis - 1948.

Geografia e Folclore - Boletim Catarinense de Folclore - nºs 9 e 10 - Florianópolis - 1951.

O relevo do Estado de Santa Catarina - Boletim Geográfico do DEGC - Série nº 1 - Pub. 3 - Florianópolis - 1952.

Lages, a Rainha da Serra - Estudo de Geografia urbana - Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia - Vol. III - Rio de Janeiro - 1952.

Ponte Alta - Uma vila no Planalto de Lages - Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia - Vol. III - Rio de Janeiro - 1952.

Tradição e plano urbano - Cidades portuguesas e alemãs no Estado de Santa Catarina - Comissão Catarinense de Folclore - Florianópolis - 1953.

Latifúndios e minifúndios no Estado de Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis - 1971.

A urbanização em Santa Catarina - Conferência realizada na ADESG - Delegacia de Santa Catarina - Florianópolis - 1973.

Problemas demográficos - Avaliação e prospectiva do fenômeno urbano em Santa Catarina - Conferência realizada na ADESG - Delegacia de Santa Catarina - Florianópolis - 1974.

Evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - 3ª Fase - nº 1 - I semestre - 1979 - Florianópolis.

A colonização alemã na área fronteira à ilha de Santa Catarina - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - 3ª Fase - nº 2 - II Semestre - Florianópolis - 1980.

A influência do crescimento da população no plano urbano e na estrutura da cidade de Florianópolis - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - 3ª Fase - Florianópolis - 1980.

A evolução da cidade de Chapecó - Do povoado a centro regional - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa

Catarina - 3ª Fase - nº 4 - 1982 - 1983.

A identidade catarinense - Revista do Instituto Histórico
e Geográfico de Santa Catarina - 3ª Fase - nº 5 - 1984.